



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. II (2001)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Alessandro Stella. 2000. *Histoires d'esclaves dans la péninsule Ibérique*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 213 pp. [recensão]

António de Almeida Mendes 

Como Citar | How to Cite

Mendes, António de Almeida. 2001. «Alessandro Stella. 2000. *Histoires d'esclaves dans la péninsule Ibérique*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 213 pp. [recensão]». *Anais de História de Além-Mar* II: 466-468. <https://doi.org/10.57759/aham2001.46962>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2001. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2001. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

juntas of the wealthiest compradors or merchants», p. 35) mais abastados ligados ao comércio» (p. 57);

- (v) «cada família tinha, em média seis escravos, sendo os «melhores» considerados «pretos»» (p. 64);
- (vi) Não obstante o papel expedicionário da Igreja em Macau desde a sua fundação, o seu papel missionário, por oposição ao pedagógico, fora das fronteiras de Macau (e Timor) parece diminuir com o final do comércio do Japão» (p. 83).

No prefácio à edição portuguesa, o Autor declara que «nesta obra não se procurou escrever uma memória sobre a história, outrossim escrever um memorial ou prestar um tributo à, extraordinariamente, rica história de Macau» (p. x). Em primeiro lugar, nem a memória nem o memorial dispensam o rigor e quanto ao tributo, os macaenses e a sua História mereciam melhor.

A. M. MARTINS DO VALE

Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do I.I.C.T. de Lisboa

ALESSANDRO STELLA, *Histoires d'esclaves dans la péninsule Ibérique*, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2000, 213 pp.

Entre a numerosa produção disponível sobre a temática da escravatura na Península Ibérica, o livro de Alessandro Stella destaca-se tanto pelo *corpus* documental manuseado como pelo tratamento original de que tal acervo foi alvo. De facto, não se trata aqui de mais uma história da escravatura mas, como o próprio título do ensaio sugere, de *uma(s) história(s) de escravos*, ou seja, de uma reflexão sociológica sobre o estatuto do escravo considerado como um ser humano «individualizado» e não apenas como um simples bem mercantil. O recurso a fontes primárias inéditas – como por exemplo os registos de casamento, os processos verbais e os testamentos – permitiu a A. Stella esboçar «micro-histórias» de vidas, retratos de homens e mulheres meticulosamente traçados, fruto de uma aturada e detalhada recolha efectuada ao longo de uma década de pesquisas nos arquivos diocesanos de Cádiz. Tal é o intento principal e, diga-se desde já, bem sucedido deste ensaio: dar-nos a conhecer as condições quotidianas de existência da população escrava na sociedade ibérica da época moderna de um ponto de vista «interno», ou seja, a partir do olhar dos principais envolvidos, a saber, os próprios escravos.

O ensaio divide-se em sete grandes secções temáticas (*Escravos; Tornar-se escravo; Um instrumento dotado de voz; Ser excluído – Integrar-se; Laços afectivos; Caminhos da Libertação; Mestiçagens*), construção que pretende dar conta da multiplicidade dos percursos individuais, mas também, e por outro lado, da subjectividade do estatuto de escravo que, por definição, se baseia numa relação de dominação entre um amo e seu(s) cativo(s). À partida, não se afigura fácil responder à questão colocada logo no primeiro capítulo por A. Stella: o que é (ou era) um escravo? De facto, para esta questão, fio condutor de todo o ensaio, não existe uma resposta única, porquanto a condição de cada indivíduo derivava de toda uma série de parâmetros raciais e religiosos que actuavam como barreiras sociais intransponíveis «que influíam no destino dos escravos e na reprodução estrutural da escravatura» (p. 28). Codificar o estatuto de escravo é outra dificuldade inerente ao tema, pois para além de o escravo ser um servidor doméstico, acrescentava-se o facto de, no contexto ibérico após Reconquista, ser considerado como um «estrangeiro à comunidade», porque de «sangue impuro» (pp. 30-31). Essa qualidade de estrangeiro, enraizada nas mentalidades colectivas da sociedade ibérica, evolui para integrar, com a chegada dos primeiros

negro-africanos, uma componente racial: os Muçulmanos e os Mouriscos foram reduzidos à escravidão porque eram estrangeiros à religião cristã, enquanto que os Africanos foram-no, antes de tudo, devido à cor da sua pele. Com o desenvolvimento do tráfico atlântico, oficialmente em vigor em Portugal de meados do século xv até 1761, *Escravo* passa a ser sinónimo de *Negro*, uma designação que não passa de uma pura construção mental, pois havia mouriscos de raça negra. Assim, ainda que, como o sublinha A. Stella, não se possa sistematizar, criam-se graus ou classes sociais no seio da população escrava entre «brancos e pretos»: vejam-se, a título de exemplo, os casos de Maria Josepha e de Bernarda Juana, escravas mouras brancas, que conseguem obter a alforria e inclusive, no que se refere a Bernarda Juana, tornar-se mesmo proprietária de uma escrava preta, enquanto Juan Blanco ou Pedro Be, quanto a eles negros, nunca conseguiram fugir à sua condição servil (pp. 17 e segs.).

O capítulo II (pp. 43 a 78) assenta na seguinte problemática pendente da primeira: podem as sociedades ibéricas da época moderna serem consideradas como sociedades escravagistas? Alessandro Stella insurge-se contra toda uma corrente historiográfica que, minimizando o lugar e a importância da escravatura nas sociedades ibéricas, reduziu os escravos a uma minoria «marginal» e «passiva» que não representaria na Península Ibérica, ao invés do que se deu no Novo Mundo, uma condição essencial da produção¹. No entender de Alessandro Stella, ainda que na época moderna os escravos representassem uma minoria a nível percentual, não constituíam contudo uma minoria «anedótica», tanto de um ponto de vista económico como numérico. Longe de serem apenas meras peças de adorno e objectos sumptuários, sinal de riqueza entre as classes favorecidas da sociedade, era sobre que eles repousava em termos económicos «uma grande parte das tarefas de reprodução e de produção» na Península, e não só nas Américas. Assim, em algumas cidades e ilhas meridionais (Évora, Lisboa, Málaga, Valência ou as Canárias), os escravos e descendentes de escravos podiam representar entre 10%–12% da população² e mesmo até 20 a 25% no caso de Cádiz setecentista (p. 57). Cádiz apresentava no entanto uma série de especificidades. Cidade cosmopolita, sob dominação muçulmana até a reconquista reino de Granada concluída em 1492, Cádiz constituía «uma fronteira marítima e terrestre às margens da Cristandade» (vide pp. 48 a 56). A concluir este segundo capítulo, A. Stella aventura-se numa quantificação do total de escravos e libertos, estimando 2 milhões, entre muçulmanos e negros, os que viverem na Península Ibérica entre os séculos XVI–XVII; o que para uma população peninsular de 9 milhões³ representaria mais de 20% do total!

Os capítulos III a V (mais breves no seu conjunto, pp. 81 a 147) respeitam ao quotidiano e aos modos de integração dos escravos na sociedade. Estes capítulos, intitulados respectivamente «Un Instrument doté de voix», «Être exclus, s'intégrer» e «Liens affectifs» formam, no meu entender, tanto a parte de maior relevo como a mais acabada do livro. É aqui que a escolha «restritiva» do *corpus* feita por A. Stella se acha plenamente justifi-

¹ Vide em particular José Luis Cortés LOPEZ, *La esclavitud negra en la España peninsular del siglo XVI*, Salamanca, 1989, cap. VII, e Bartolomé BENNASSAR, *Valladolid et ses Campagnes...*, liv. 2, cap. II.

² Remete-se, entre outros, para os seguintes estudos: Jorge FONSECA, *Escravos em Évora no século XVI*, Évora, 1997; A. C. SAUNDERS, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1551)*, Lisboa, 1994; Maria Carmen Gomez GARCIA, *La esclavitud en Malaga entre los siglos XVII y XVIII*, Málaga, 1993; Vicente Graullera SANZ, *La esclavitud en Valencia en los siglos XVI y XVII*, Valência, 1978; Manuel Lobo CABRERA, *La esclavitud en las Canarias Orientales en el siglo XVI (negros, moros y moriscos)*, Las Palmas, 1982.

³ GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. IV, Lisboa, 1983.

cada. Assim, onde as Histórias da escravatura tendem geralmente a dar-nos a versão dos donos, dos dominadores e nunca a das vítimas do sistema escravagista – por se encontrar oculta nas fontes jurídicas e administrativas: registos paroquiais de baptismo ou de casamento, actos de venda ou de aforria –, Stella dá-nos a ver «escravos e libertos agindo como sujeitos». No entanto, sublinhe-se desde já que a condição de escravo excluía a existência de personalidade jurídica⁴. O escravo era invariavelmente considerado como uma mercadoria, um animal, um objecto sexual segundo os contextos e as relações que existiam entre os donos e seus escravos. Esta relação dominante-dominado variava de caso para caso e existia, de facto, uma grande escala de tratamento entre por exemplo a situação dos escravos então conhecidos por «Negros do Rei» ou «Mouros do Rei» empregados em condições inumanas nas minas e nas galeras, e os escravos que trabalhavam no artesanato, na agricultura, trabalhos domésticos, etc. Mas, mais do que a exploração pelo trabalho ou os maus tratos, o que caracterizava a escravatura na época Moderna era «a negação da dignidade humana». O escravo era o escalão mais baixo da sociedade: não era pessoa, mas *res*, uma coisa.

Aos cativos restava-lhes a esperança de poderem um dia recuperar a sua liberdade. Na maioria dos casos essa liberdade era concedida a título gracioso; graciosidade acompanhada muitas vezes pela utilização abusiva da liberdade condicional e da situação de sujeição. Para os escravos forros as vias de integração, quando existiam, eram limitadas e passavam principalmente pela marginalização étnica e a exclusão. Assim, a partir de meados do século XVI, vão aparecendo Irmandades e Confrarias religiosas compostas exclusivamente por negros-africanos⁵. Como sublinha Stella, aos «aspectos da devoção religiosa» acrescia a «afirmação social pela valorização de uma identidade de grupo».

A história da escravatura na Península foi feita de uma negação do escravo como ser humano. Daí que, à guisa de conclusão, como A. Stella, nos venha ao espírito a seguinte interrogação: o que é que adveio dos milhares de Africanos que viveram na Península na época moderna, por que é que «não se vêem hoje em dia negros nas ruas de Cádis ou de Sevilha»? Tal questão também vale para a história dos cativos africanos em Portugal: como é que um enorme contingente de escravos deixou vestígios demográficos tão insignificantes? «Que descendentes (lhes) deixaram (ter)?»⁶ Muitos morreram sem descendência, outros partiram para África ou para as Américas, uma grande parte, contudo, mestiçou-se, mesclou-se com a população branca. Esta história dos cruzamentos continua por fazer, talvez por não se preferir aprofundar... As *Histórias de escravos na Península Ibérica*, de Alessandro Stella, além de constituírem um estudo estimulante, constituem um primeiro contributo para uma história sócio-antropológica da escravatura.

ANTÓNIO DE ALMEIDA MENDES

École de Hautes Études em Sciences Sociales, Paris

⁴ Vide a esse respeito o livro de José Ramos TINHORÃO, *Os Negros em Portugal: uma presença silenciosa*, Lisboa, 1988.

⁵ Vide Didier LAHON, «Exclusion, intégration et métissages dans les confréries noires au Portugal (XVI-XIX siècles)», separata do livro dirigido por Berta Ares QUELJE e Alessandro STELLA, *Negros, Mulatos, Zambaigos – derroteros africanos en los mundos ibéricos*, Sevilha, 2000.

⁶ António Amorim no seu texto introdutório ao catálogo da exposição, *Os negros em Portugal: séculos XV a XIX*, Lisboa, 2000.